



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

De conformidade com o artigo 48 da Emenda Substitutiva nº 01 à Lei Orgânica do Município, **sanciono e promulgo parcialmente** a presente Lei, **VETANDO totalmente** o parágrafo único do artigo 4º e o artigo 6º.

São Carlos, 22 de março de 2019.

AIRTON GARCIA FERREIRA
Prefeito Municipal

LEI Nº 19.003

DE 22 DE MARÇO DE 2019.

Institui o Serviço de Atendimento Especial - Serviço Porta a Porta, no Município.

O Prefeito Municipal de São Carlos faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Atendimento Especial, Serviço Porta a Porta, destinado a transportar gratuitamente as pessoas que não possuem condições de mobilidade e acessibilidade autônoma aos meios de transportes convencionais, ou que possuam grandes restrições ao acesso e uso de equipamentos e mobiliários urbanos.

§ 1º O direito à elegibilidade de uso deverá ser garantido para pessoas com deficiência permanente ou temporária que não apresentem condições de se locomoverem com autonomia nas demais linhas que compõem o sistema de transporte coletivo.

§ 2º O Serviço Porta a Porta será prestado de forma gratuita ao usuário com deficiência e acompanhante.

Art. 2º Para ser usuário regular do Transporte Porta a Porta, a pessoa com deficiência deverá:

- I** - residir no Município;
- II** - estar devidamente cadastrado na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida;

Parágrafo único. Poderão ser utilizados outros critérios complementares para análise da concessão de utilização do serviço, de acordo com a regulamentação.

Art. 3º O Serviço Porta a Porta integrará o Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município, e sua regulamentação específica tratará da execução, organização, controle e fiscalização do serviço e caberá à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, em conjunto com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida.

Art. 4º O transporte será feito por micro-ônibus devidamente adaptados, que atendam à legislação vigente de acessibilidade, e ao edital da licitação, e garantam o transporte confortável e seguro de seus usuários e seus acompanhantes.

~~**V E T A D O - Parágrafo único.** É obrigatória a presença de pelo menos um monitor, por veículo, com capacitação para o atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.~~

Art. 5º O Serviço Porta a Porta disponibilizará aos seus usuários as seguintes modalidades de atendimento:

- I** - atendimento regular: transporte realizado através de uma programação de viagens fixas e regulares;
- II** - atendimento esporádico: transporte para

viagens esporádicas, para fins específicos;

III - atendimento a eventos: transporte nos finais de semana e feriados, a fim de promover a inclusão e interação social e cultural de pessoas com deficiência;

IV - atendimento emergencial: transporte específico em situações de emergência.

Parágrafo único. Os limites e regras de utilização serão definidos em regulamento que englobará as quatro modalidades de atendimento previstas no *caput* deste artigo, podendo ser incluídas novas modalidades.

V E T A D O - Art. 6º ~~O origem e o destino das viagens dos usuários deverão estar localizados dentro dos limites geográficos do Município, incluindo os Distritos de Água Vermelha, Santa Eudóxia, bem como toda região rural, assentamentos e acampamentos rurais.~~

Art. 7º Qualquer proposta de alteração relativa à ampliação ou adequação do Serviço Porta a Porta ficará a cargo das Secretarias Municipais de Transporte e Trânsito e da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, em conjunto com os Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência e de Usuários de Transportes de Passageiros do Município.

Art. 8º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Parágrafo único. No caso da inclusão do custeio do serviço nos cálculos tarifários referentes ao sistema regular de transporte coletivo urbano, poderá o Município subsidiar de modo a não onerar a tarifa.

Art. 9º O Poder Executivo publicará Decreto regulamentando esta Lei em até noventa dias, contados da data da sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigência após decorridos noventa dias de sua publicação.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2019.


LUCÃO FERNANDES
Presidente


LUIS ENRIQUE PAULINO CARMELO
1º Secretário